

Os desafios da pesca artesanal na Ilha do Maio, Cabo Verde, frente aos engajamentos coloniais da modernidade¹

João Paulo Araújo Silva
Universidade Federal de Minas Gerais

Palavras chave: pesca artesanal, conflito socioambiental, teoria decolonial

Introdução

Este artigo busca trabalhar o tema da pesca artesanal de linha de mão de Porto Inglês, Ilha do Maio, comunidade junto a qual realizei minha pesquisa de mestrado, discutindo as questões trazidas pelos atores da pesca sobre seu ofício a partir de uma interlocução com história do arquipélago e com alguns elementos da crítica decolonial da modernidade.

Na elaboração desta discussão, partimos de um contexto em que temos a pesca artesanal de linha de mão como uma atividade surgida nas margens do sistema colonial português que oferece importante contribuição social e econômica para o presente das Ilhas, mas que diante do avanço tecnológico das embarcações de pesca estrangeira que atuam no arquipélago há décadas e do fortalecimento da industrial nacional pesqueira, encontra-se pressionada no âmbito de um conflito socioambiental de escala continental que se desdobra em um horizonte de angústias profundas e de incertezas na esfera local.

O aporte da história do arquipélago, encontrado inabilitado pelos portugueses em 1460, é fundamental para não perdermos de vista o lado trágico de sua ocupação e as consequências do projeto colonial de poder para as Ilhas em uma perspectiva de longo prazo, já que estamos lidando com algo concebido para atender, exclusivamente, aos interesses econômicos da metrópole, situação que para Andrade (1996), produziu grandes tragédias humanitárias nas Ilhas, como as severas crises de fome que vitimaram milhares de pessoas e que perduraram de forma cíclica até por volta da década de 1940 (p.21).

Já o trabalho etnográfico é a base a partir da qual defendo que a pesca de linha de mão deve ser compreendida como um território alternativo à estrutura social

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

hierárquica do sistema colonial e que nos dias atuais se constitui como um território alternativo à precarização da vida imposta pelo trabalho assalariado e subordinado do horizonte capitalista (SILVA, 2018).

Por último, o diálogo com elementos da teoria decolonial cria a possibilidade de uma leitura da questão da escassez do pescado na região a partir de uma chave crítica ao modelo de gestão da pesca no arquipélago que ao ignorar as demandas políticas dos pescadores artesanais da Ilha e ao apostar em um modelo de desenvolvimento voltado para o incremento da pesca industrial nacional e para os acordos de pesca com a União Europeia contribui para o agravamento de um conflito socioambiental com sérias consequências para a organização social desta comunidade.

Uma breve e necessária incursão na história

Cabo Verde é um arquipélago africano localizado no atlântico norte, a cerca de 500 quilômetros do território senegalês. Sua proximidade com a região conhecida como faixa do Sahel, caracterizada pela aridez do clima, condiciona a região a um regime escasso de chuvas que somado às grandes faixas de solos rochosos devido a sua origem vulcânica recente, conduzem a um cenário pouco propício a cultivos alimentares em larga escala (ALBUQUERQUE, 2001).

Ocorre que além de ocupar as Ilhas com o intuito de produzir produtos que pudessem ser negociados com os reinos africanos do continente com os quais os portugueses mantinham contato, a partir da intensificação do tráfico negreiro e devido a sua posição geográfica estratégica no atlântico, o arquipélago serviu como uma grande plataforma de apoio ao comércio de escravizados (ANDRADE, 1996).

A Ilha do Maio não foge à regra das estratégias de ocupação colonial do arquipélago. De acordo com Monteiro (1870, p.361, apud Garcia et. al. 2010, p.36), o principal interesse em relação à Ilha, devido ao seu relevo pouco acidentado, consistia na possibilidade de criação de gado e na exploração do sal da “Salina Grande” que até 1700, era frequentada também por estrangeiros de diferentes origens.

O autor aponta ainda que somente entre 1700 a 1717 “se cuidou de povoar a Ilha para repelir as pretensões que ao Senhorio dela tinham os Ingleses, com o pretexto de que tinha sido dada em dote à Infanta D. Catarina por ocasião de seu casamento com Carlos 2º” (1870, p. 361, apud Garcia et. al. 2010, p.36).

Nesse contexto de disputas coloniais pelo território do arquipélago, a Ilha do Maio passou a ser cada vez mais cobiçada pelos ingleses que segundo Silva (2013) utilizavam-se de cães para afastar os portugueses das salinas. Daí o surgimento da “Casa da Velhas”, localidade situada a cerca de três quilômetros de Porto Inglês e criada pelos moradores da Ilha para fugirem dos “abusos” dos ingleses (Fundação Maio Biodiversidade, 2014, p.7).



Em geral, e com enormes semelhanças com o caso brasileiro, se os livros de história sobre Cabo Verde informam exaustivamente sobre como se estruturaram os principais ciclos econômicos da colônia – não custa lembrar da nossa própria insistência em pensar a história do Brasil a partir dos ciclos de exploração da madeira, da cana de açúcar, do ouro, etc –, há um apagamento significativo de informações sobre as origens, os saberes, as práticas, os costumes e as estratégias daqueles e daquelas que forçados ao exílio pelo sistema escravocrata, de fato forjaram a história de ocupação deste território.

No Brasil, esta história tem sido retomada com mais força nas últimas décadas, mas ainda há muito o que fazer e o que contar, como mostrou a escritora Ana Maria Gonçalves em seu romance “Um Defeito de Cor”, obra ficcional, porém realizada a partir de uma sólida pesquisa em arquivos públicos do estado da Bahia e que, dentre outros tantos temas importantes, tem como pano de fundo o movimento insurgente conhecido como a revolta dos Malês que apesar de pouco discutido, produziu um abalo estrutural na sociedade escravocrata da época.

Agências subalternas nas margens da sociedade colonial

Em Cabo Verde, devido às razões ecológicas e climáticas já explicitadas, a destreza em trabalhar com aquilo que se tinha, em competição acirrada por espaço com as atividades agrícolas e pecuárias desenvolvidas para atender aos interesses coloniais, acabou por conformar uma sociedade de pequenos agricultores e de pescadores artesanais que se fizeram extremamente hábeis em lidar com o clima e com a geografia do arquipélago (DOS ANJOS, JUNIOR & BRUSTOLIN, 2016).

Especificamente em relação à pesca artesanal, as técnicas existentes encontram-se muito bem acomodadas aos diferentes nichos ecológicos que são explorados e às diferentes espécies que são alvos de captura como polvos, lagostas, moreias e mariscos que são encontrados mais próximos da costa das Ilhas e, geralmente, apanhados por meio de mergulho, e a pesca de linha de mão em botes boca aberta que explora uma variedade enorme de espécies, mas que estão voltadas, preferencialmente, para os grandes peixes migratórios do atlântico que procuram as Ilhas em busca dos peixes menores que vivem no seu entorno (SILVA, 2018).

Dentre as modalidades de pesca artesanal existentes no arquipélago, a de linha de mão é o fenômeno mais difundido que se tem notícia: “É a arte de pesca mais antiga praticada em Cabo Verde, representando 63% da captura total da pesca artesanal e 93% do esforço da pesca artesanal” (DIREÇÃO GERAL DAS PESCAS, p.14, 2004). Como explica Nuno, um jovem pescador de linha de mão da Ilha do Maio:

Pesca artesanal é base dessa população. Diretamente e indiretamente, número de pessoas que está ligada a pesca é muito. Se nosso peixe acaba não tem ninguém que sustenta todas essas pessoas. Eu posso dar um exemplo...um bote de pesca alimenta três ou quatro casa diferente. Eu tenho meu bote, tem alguém que pesca junto comigo, tem peixeira vendendo peixe, tem os ajudantes...então só um bote alimenta 4 famílias então, juntamente com criação de gado que muitos pescadores são pastores também. Ilha do Maio sem peixe é igual praia sem areia. Têm muitos médicos, professores que tudo são de famílias pescatórias, se eles parassem e pensassem eles dariam um pouco mais de importância para nossa pesca aqui no Maio. (Nuno, entrevista concedida em 20 de jun. de 2017).

A atividade mobiliza uma série de atores sociais que a partir de suas interações cotidianas tendem a se agrupar em função de uma série de aspectos de uma organização social que exige uma postura de cooperação constante entre seus praticantes.

Este trabalho de cooperação pode ser observado desde o momento em que as embarcações estão sendo lançadas ao mar, durante as expedições de pesca – onde o compartilhamento de informações é extremamente importante e constante – e quando os botes estão sendo retirados da água. Este trabalho em conjunto aumenta de forma significativa as chances de sucesso das expedições e reduz de forma significativa as possibilidades de naufrágio, os riscos altos de um pescador se perder no mar, bem como os acidentes que podem ocorrer no momento em que os botes estão entrando e saindo da água, já que é necessário precisão e rapidez para driblar a força das ondas e evitar que os barcos tombem na água (SILVA, 2018).

Fotografia 1: foto do autor, jun. de 2017



Pescadores e ajudantes trabalham para a retirada de um barco da água

Outro fenômeno notável desta atividade artesanal na Ilha do Maio que se estende para todo o arquipélago e se mostra um fenômeno social comum em grande parte da costa oeste africana, é a participação ativa das mulheres no mercado das pescas (MALDONADO, 1986). Se por um lado não há mulheres embarcadas, elas praticamente dominam o mercado do pescado no Maio, driblando a falta de infraestrutura para o armazenamento do peixe a partir de elaboradas redes de clientes.

Com isso, não é raro ocorrer de um pescador voltar das pescas e boa parte do seu peixe já se encontrar vendido em função dos acordos prévios estabelecidos entre as peixeiras e seus clientes. Após a chegada do peixe na praia elas preparam os cortes, fazem as entregas e recolhem o dinheiro do qual receberão 20% do total que auferem. Em geral, as mulheres que se autodenominam de peixeiras, são as esposas ou pessoas muito próximas dos pescadores, como irmãs, primas, cunhadas ou amigas, já que as

parcerias tendem a ser fixas porque exigem um alto grau de confiança entre as partes (SILVA, 2018).

Dentre outros aspectos importantes, este sistema familiar de trabalho contribui para a eliminação da figura dos atravessadores, o que assegura que uma maior parte do dinheiro do pescado permaneça circulando dentro da comunidade de pesca.

Fotografia 2: foto do autor, jun. de 2017



Peixeira caminha com atum na praia de Porto Inglês.

A pesca de linha de mão em botes boca aberta, em geral, é realizada em duplas de pescadores que saem de segunda a sábado, por volta das 4 horas da manhã, em direção aos locais de captura identificados como pesqueiros.

O grau de conhecimento destas áreas é um importante marcador de pertencimento e de hierarquia dentro da comunidade artesanal de pesca. Os pescadores mais experientes ganham respeitabilidade dos demais, principalmente, por conhecerem um grande número destas áreas e costumam ser, em função deste saber, aqueles que lidam melhor com as incertezas inerentes à atividade marítima (MALDONADO, 1986).

O mar é como a terra. Você veio lá de Porto Inglês até aqui e no caminho você não viu nenhuma casa e nenhuma pessoa não é mesmo? Quando você chegou aqui viu a vila, com muitas casas e muitas pessoas. É isso que são os pesqueiros. No mar, às vezes você navega por um bom tempo e não encontra o peixe e de repente você chega no pesqueiro, aí moram os peixes. (Lugy, entrevista concedida em 20 de jun. de 2017).

Como ensinam os pescadores, os pesqueiros são águas mais rasas, e não necessariamente próximas da costa – o pesqueiro conhecido como Sul do Maio, por exemplo, fica a cerca de 12 milhas náuticas de Porto Inglês – onde há amontados de

pedra ou formações de coral que são o refúgio de um grande número de espécies marinhas que, por sua vez, chamam a atenção dos peixes migratórios do atlântico que estão à procura de alimento.

Na pesca de linha de mão, os pescadores utilizam-se, de preferência, de iscas vivas para apanhar os peixes maiores, e por isso, a preocupação de todos em Porto Inglês com a preservação dos cardumes dos peixes menores como a cavala que vivem no entorno da Ilha, pois o acesso a estas iscas aumenta de forma significativa a probabilidade de sucesso das expedições de pesca do atum, uma das espécies prioritárias para a atividade.

Invariavelmente, quando se pergunta a um pescador quanto tempo por dia ele efetivamente fica no mar à procura do peixe, se ouve que isso é “conforme o peixe”. O horário de saída e o local para onde os pescadores se dirigem toda manhã é condicionado por uma série de variantes como a época do ano, a fase da lua, a direção dos ventos e com a situação das marés, já o horário de retorno está diretamente relacionado com a disponibilidade do peixe. Portanto, enquanto mais rápido se pesca, mais rápido o retorno para a praia, pois se costuma ter uma consciência muito aguda do elemento de tensão que implica estar no ambiente marítimo.

Fotografia 3: foto do autor, jun. de 2017



Nuno com uma curubina que lhe rendeu cerca de 130 euros

Atravessamentos e perturbações na pesca de linha de Porto Inglês

Cheguei na Ilha do Maio para trabalho de campo no final da tarde de um domingo, em junho de 2017, dia de descanso dos pescadores, e me hospedei na casa da família de um conhecido que fica localizada a poucos metros de um pequeno estabelecimento que é um misto de bar e mercearia, e que serve de ponto de encontro para os pescadores da Vila de Porto Inglês.

Naquele fim de tarde, vários pescadores se encontravam na área externa do bar comemorando o aniversário de um companheiro de pescas. Bebia-se, cantava-se e falava-se alegremente e logo que cheguei e reconheci uma ou outra pessoa da minha primeira visita à Ilha em 2015, imediatamente me ofereceram um prato para que eu me servisse do cozido de peixe que prepararam coletivamente para a ocasião.

Mais tarde cantamos parabéns, houve um bolo e nos dispersamos. Antes, porém, expliquei, rapidamente, a um ou dois pescadores que eu estava ali para fazer uma pesquisa sobre a pesca e naquela ocasião fui apresentado ao pescador Anhó, com quem eu teria a oportunidade de sair para pescar em algumas ocasiões. Na segunda-feira bem cedo, caminhei em direção à área das pescas e ao longo dos cerca de 40 dias de campo, fui surpreendido por uma dura narrativa sobre o estado das pescarias.

Logo nas primeiras horas daquela manhã, acompanhei a chegada de vários barcos que não tinham conseguido pescar ao menos um peixe e comecei a perceber que alguns pescadores desciam dos barcos muito nervosos e quando me aproximei de um deles, me disse que não tinha conseguido capturar o suficiente para pagar a gasolina da embarcação.

Abaixo, seguem trechos de entrevistas realizadas com três pescadores com mais de trinta anos na atividade, abordando importantes aspectos da situação vivida em Porto Inglês:

Quando eu tinha 24 anos, nessa época ali, quando é mês de junho, peixe era em quantidade. Ia para o mar seis horas, nove horas nos vinha com 15, 20, 10 atum. Peixe era em quantidade, era muito.

Na verdade, o peixe diminuiu quando governo deu aquela licença para barco europeu pescar na área de Cabo Verde. Então aqueles grandes barcos pesca com rede então eles panha aquela quantidade de peixe, apanha tanto pequeno, tanto grande, de maneira que o peixe não desova, e vai diminuir. (Xibeu, entrevista concedida em 24 de jun. de 2017).

No Maio tinha muito peixe, peixe em quantidade, mas barco só falta coloca rede dentro de casa. Geralmente ali, capitania não age. Eles vem colocar rede dentro das três milhas e capitania não agi, então Câmara tem que tomar

iniciativa, tem que chamar a atenção porque ora que eles panha tudo pescado ali, nós que fica prejudicado, povo de Maio também fica prejudicado. Pesca de linha é importante porque você pode pesca todo o tempo. Pesca de linha você pesca todo tempo e tem uma vida pra sobreviver, porque geralmente no Maio, se era pesca só de linha pescador estava na melhor situação. Nesses tempos ali, atum corre, atum corre porque quando eles vai no pesqueiro panha aqueles peixinho e atum não vai mais lá. (Anastácio, entrevista concedida em 23 de jun. de 2017).

A partir 95 que isso começa aqui na Ilha do Maio. É o primeiro fato que dificulta a pesca aqui no Maio. Eles panha aqueles pequeno, uns peixinho que serve pra fazer isca. Atum começa a desaparecer também e como pescador você não tem isca para apanhar o peixe. Depois que barco o mata aqueles peixinho, hora que acaba um, acaba aquele outro.

A pesca de linha nunca acaba com o peixe, porque sempre que você pega um, cinco, quatro, seis, você solta dois, três, amanhã você pega mais três dois e solta mais um. (Lugy, entrevista concedida em 24 de jun. de 2017).

De forma generalizada, os pescadores artesanais de linha de mão da Ilha do Maio apresentam uma narrativa bastante pormenorizada sobre seu ofício por meio da qual opõem um passado de fartura extraordinária do pescado na Ilha com um presente em que falta tudo, desde o apoio do governo para a compra de equipamentos de pesca, até a ausência dramática do peixe em suas áreas de pesca.

Analisando a história local da atividade artesanal, a partir da perspectiva dos pescadores sobre seu ofício, foi possível perceber que estes identificam em suas narrativas a década de 1990 como um marco temporal para o início das bruscas diminuições do volume de pescado. O que coincide com o início dos acordos de pesca entre Cabo Verde e a União Europeia a partir dos quais e até o presente, se permite que embarcações europeias explorem o mar territorial caboverdiano em troca de contrapartidas financeiras (SILVA, 2018).

A partir destas narrativas, também foi possível perceber que ao longo das últimas décadas houve um aumento significativo da presença de embarcações industriais nacionais nos pesqueiros do Maio que passam a migrar em direção a Ilha com cada vez mais intensidade na medida em que a situação estrutural do pescado se agrava no arquipélago, o que aumenta ainda mais a pressão sobre os pescadores da comunidade (SILVA, 2018).

Esta intrusão de embarcações nacionais – legalmente estes barcos não poderiam pescar nestas áreas porque há um reconhecimento formal de sua importância para os pescadores artesanais – desestrutura o cotidiano das pescas porque introduz a rede tanto em áreas de proteção ambiental, como nos pesqueiros, eliminando os cardumes de

peixes menores, mas também perturbando o território pesqueiro com poluição, barulho de motores e ameaças aos pescadores que ousam reclamar (SILVA, 2018).

Por uma análise decolonial do conflito socioambiental da pesca no Maio

A costa oeste africana, compreendida por Belhabib (2014) como a região que vai do Estreito de Gibraltar ao extremo sul da Namíbia, excluindo-se a costa da África do sul, abriga os ecossistemas marinhos extremamente ricos e diversos (p.2). Sobre a região, a FAO (Food and Agriculture Organization) reporta que atualmente:

Até dois terços de toda a proteína animal nos Estados costeiros da África Ocidental vêm de peixes e frutos do mar. Os pescadores artesanais estão ligados aos consumidores por meio de uma vasta rede de comercialização intrarregional, de pescado fresco, salgado, seco ou defumado, na qual as mulheres têm papel central. (FAO, 2020, p.160, tradução nossa).²

Notemos, portanto, que a cultura marítima nesta região é um fenômeno social com raízes históricas profundas e que não é por outra razão que este conhecimento reverberou do outro lado atlântico, pois como mostra Silva (1993), foram das mãos dos escravizados africanos, que detinham sólido conhecimento sobre o mar e sobre técnicas de pesca, que surgiram as jangadas nordestinas. Um processo de bricolagem entre técnicas indígenas, africanas e portuguesas que se adaptou bem às condições ecológicas da região e que se encontra fortemente presente até os dias de hoje em praticamente toda a extensão do litoral nordeste do Brasil.

Por outro lado, a costa oeste africana, em função do esgotamento do pescado nas zonas de pesca de países industrializados, tem sido explorada com cada vez mais intensidade por embarcações estrangeiras que pescam tanto no âmbito de acordos internacionais de pesca, como também de forma clandestina, o que tem gerado sérias consequências para as milhares de comunidades pesqueiras da região (BELHABIB, 2014).

Nesse sentido, o trabalho de campo junto aos pescadores artesanais do Maio e minha opção metodológica por explorar as narrativas dos pescadores artesanais de linha de mão sobre seu ofício me deu a dimensão, a partir de um local tão conhecido em Cabo

² [Up to two-thirds of all animal protein in coastal West African States come from fish and seafood. Artisanal fishers are linked to consumers through a vast intraregional trading network, of fresh, salted, dried or smoked fish, in which women play a central role.]

Verde por sua fartura em peixe, dos desdobramentos locais deste cenário de super exploração industrial do pescado da região.

Para Little um conflito socioambiental “refere-se a um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico” (p.91, 2006). Também para o autor:

Um conceito propriamente antropológico do conflito vai além de um foco restrito nos embates políticos e econômicos para incorporar elementos cosmológicos, rituais, identitários e morais que não sempre são claramente visíveis desde a ótica de outras disciplinas. Um olhar antropológico pode enxergar conflitos latentes que ainda não se manifestaram politicamente no espaço público formal, porque os grupos sociais envolvidos são politicamente marginalizados ou mesmo invisíveis ao olhar do Estado. (LITTLE, p. 91, 2006)

A presença dos barcos estrangeiros nos mares de Cabo Verde, muitos destes provenientes de países do centro do capitalismo ou das antigas metrópoles coloniais europeias, me levou a dialogar com o argumento da teoria decolonial de que não é possível pensar a modernidade, dissociando-a do projeto colonial de poder que a antecedeu. Isso porque, as narrativas dos pescadores de linha de mão da Ilha do Maio, muitos deles com mais de 30 anos nas pescas, não deixam dúvidas de que os efeitos locais da presença destas embarcações retomam com muito mais nitidez o passado colonial das Ilhas, do que propriamente uma situação a partir da qual se possa falar sobre uma condição de pos-colonialidade.

O século XVI lança uma nova matriz de poder colonial que, nos finais do século XIX, havia alastrado a todo o planeta. Indo um passo além de Quijano, conceptualizo a colonialidade do poder como um enredamento ou, para usar o conceito das feministas norte-americanas de Terceiro Mundo, como uma interseccionalidade (Crenshaw, 1989; Fregoso, 2003) de múltiplas e heterogêneas hierarquias globais (“heterarquias”) de formas de dominação e exploração sexual, política, epistémica, econômica, espiritual, linguística e racial, em que a hierarquia étnico-racial do fosso cavado entre o europeu e o não-europeu reconfigura transversalmente todas as restantes estruturas globais de poder. (GROSFUGUEL, p. 123, 2008).

E talvez não seja ao acaso que a ideia de progresso e de desenvolvimento estejam tão presentes no âmbito da gestão estatal das pescarias que se encontra muito pouco comprometida com as demandas políticas dos pescadores artesanais.

Como mostra o antropólogo Arturo Escobar em sua obra “La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo”, a gênese da ideia de desenvolvimento nos revela um estratagema criado a partir dos Estados Unidos após a

segunda guerra mundial, que procurou atualizar antigas relações de dominação a partir da introdução da ideia de centro e periferia do sistema para justificar a presença das potências econômicas nos antigos territórios coloniais cuja exploração continua sendo vital à manutenção da estrutura piramidal e hierárquica que caracterizou o mundo colonial e que caracteriza o interior do sistema capitalista.

Inspirado no método de trabalho de Edward Said em “O Orientalismo”, Escobar realiza um exercício de escavação dos discursos do desenvolvimento que evidencia suas estruturas baseadas em operações discursivas sofisticadas que ancoram uma espécie de imagem invertida do “outro” que funciona tanto para ratificar a capacidade técnico-científica do “centro”, como para demonstrar a necessidade de resgate ou de salvamento da “periferia” que passa a ser lida a partir da chave da pobreza.

La coherencia de los efectos logrados por el discurso del desarrollo es la clave de su éxito como forma hegemónica de representación: la construcción de los “pobres” y “subdesarrollados” como sujetos universales, preconstituidos, basándose en el privilegio de los representantes; el ejercicio del poder sobre el Tercer Mundo posibilitado a través de esta homogeneización discursiva (que implica la eliminación de la complejidad y diversidad de los pueblos del Tercer Mundo, de tal modo que un colono mexicano, un campesino nepalí y un nómada tuareg terminan siendo equivalentes “pobres” y “subdesarrollados”); y la colonización y dominación de las economías y las ecologías humanas y naturales del Tercer Mundo. (ESCOBAR, p.99, 2007)

O arquipélago de Cabo Verde foi território colonial português durante 515 anos. A ocupação do território das Ilhas foi tarefa árdua que, em grande medida, se deu pelo engenho de pequenos agricultores que souberam se adaptar às condições ecológicas restritivas à produção de alimentos e pela exploração da vida marinha por meio de uma quantidade variada de técnicas também adaptadas aos instrumentos limitados e ao relevo acidentado de suas costas marítimas em função das Ilhas serem montanhas vulcânicas cercadas por grandes fundos oceânicos.

Ao contrário dos empreendimentos coloniais de exploração do território como a exploração do sal, a pecuária, a produção de cana ou o cultivo do algodão, as técnicas artesanais de pesca são atividades historicamente identificadas com as camadas populares, desenvolvidas a partir destas e voltadas aos interesses imediatos e internos da população das Ilhas.

Portanto, é preciso encará-las como o que são, ou seja, instrumentos das agências subalternas que atuaram nas margens do sistema colonial, que desenvolveram sistemas de conhecimento complexos a partir de relações não predatórias com os nichos

ecológicos que exploram e que souberam se fazer social e economicamente mais relevantes do que grande parte das inúmeras iniciativas nacionais e estrangeiras de levar desenvolvimento e progresso para a área das pescas.

Por fim, como mostra Belhabib (2014), é preciso que trabalhem para desconstruir o mito de que não há dados suficientes sobre a pesca na costa oeste africana, já que com os dados existentes é possível vislumbrar, sem qualquer sombra de dúvidas, a necessidade de uma reflexão crítica urgente a respeito das consequências da exploração estrangeira do pescado na região.

Referências Bibliográficas:

ALBUQUERQUE, Luís de. “O Descobrimento das Ilhas de Cabo Verde”. In: História Geral Cabo Verde: volume I / coord. Luis Guilherme Mendonça de Albuquerque, Maria Emilia Madeira Santos. - 2 ed. - Lisboa: IICT. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga; Praia: Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001.

ANDRADE, Elisa Silva. As ilhas de Cabo Verde: da "descoberta" à independência nacional (1460-1975), Paris, L’Harmattan, 1996.

BAVISKAR, Anita. Written on the body, Written on the land: Violence and environmental struggles in central India. Institute of International Studies, University of California: Berkeley, 2001.

CABO VERDE. Direção Geral das Pescas. Plano de Gestão dos Recursos da Pesca. In: Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente: 2004-2014. v. 6. Praia, 2004.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes: etnografías comparadas. Cuadernos de antropología social, n. 27, p. 19-52, 2008.

DOS ANJOS, José Carlos Gomes; JÚNIOR, Horácio Antunes de Sant’Ana; BRUSTOLIN, Cíndia. Projetos de Desenvolvimento e Populações Locais: Experiências em Cabo Verde e no Brasil. Revista Pós Ciências Sociais, v. 13, n. 26, p. 13-29, 2016.

ESCOBAR, Arturo. *La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo*. Caracas: Fundación Editorial el perro e la rana, 2007

ESCOBAR, Arturo. Culture sits in places: reflections on globalism and subaltern strategies of localization. *Political Geography*, v.20, p. 139-174, 2001.

FAO. *The state of world fisheries and aquaculture: sustainability in action*: Roma, 2020.

FUNDAÇÃO MAIO BIODIVERSIDADE. *Ilha do Maio: natureza, cultura e áreas protegidas: Ilha do Maio*, 2014.

GARCIA, João Carlos; RODRIGUES, Victor Luís Gaspar; TORRÃO, Maria Manuel Ferraz. *Ilhas, Portos e Cidades: Cartografia de Cabo Verde (Séculos XVIII-XX)*. UNI-CV/IICT. Lisboa, 2010.

GROSGOUEL, Ramon. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.80, p.115-147, 2008.

GONÇALVES, Ana. Maria. *Um defeito de cor*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

MALDONADO, Simone Carneiro. *Pescadores do mar*. São Paulo: Ática, 1986. 77 p

SILVA, Adalberto. *Apontamentos da história da Ilha do Maio*. 2013.

SILVA, Luis Geraldo Santos da. *Caiçara de Jangadeiros: Cultura marítima e modernização no Brasil*. CEMAR - Centro de Culturas Marítimas. São Paulo - 1993.

SILVA, João Paulo Araújo. *Homens e Mulheres de “riba mar”*: a pesca artesanal de Porto Inglês, Cabo Verde, em perspectiva etnográfica. 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.